

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ("Santander Securities"), relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Eventos Societários
Em 13 de janeiro de 2017, foi criado o Conselho de Administração da Santander Securities, o qual será composto por no mínimo 5 e no máximo 10 membros, dentre os quais um Presidente, designado pela Assembleia Geral, e os demais designados membros, todos eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, com mandato de 3 anos.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Tendo em vista a criação do Conselho de Administração, foram eleitos: (a) como Presidente do Conselho de Administração da Santander Securities, Carlos Rodriguez de Robles Arizena e (b) como Conselheiros: Alexandre Silva D'Ambrosio, Andrés Campos Calvo-Sotelo, Carlos Rey de Vicente, Jean Pierre Dupui e Joaquin Alfaro Garcia.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 30 de junho de 2017, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$918 milhões (30/06/2016 - R\$878 milhões). O lucro líquido apresentado no período foi de R\$36 milhões (30/06/2016 - R\$21 milhões).

Ativos e Passivos
Em 30 de junho de 2017, os ativos totais atingiram R\$984 milhões (30/06/2016 - R\$926 milhões).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	30/06/2017	30/06/2016
Ativo Circulante	288.436	166.043
Disponibilidades	4&13.c 1.579	139
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13.c 250.244	142.672
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	250.244	142.672
Outros Créditos	36.351	23.002
Rendas a Receber	6.a 32.024	20.407
Créditos Tributários	5 3.229	1.698
Diversos	6.b 1.098	897
Outros Valores e Bens	262	230
Despesas Antecipadas	262	230
Ativo Realizável a Longo Prazo	21.734	26.605
Outros Créditos	21.651	26.178
Rendas a Receber	6.a 812	1.303
Créditos Tributários	5 3.077	1.477
Diversos	6.b 17.762	23.398
Outros Valores e Bens	83	427
Despesas Antecipadas	83	427
Permanente	673.612	733.649
Investimentos	1	1
Outros Investimentos	144	144
(Provisões para Perdas)	(143)	(143)
Imobilizado de Uso	7 1.162	37
Outras Imobilizações de Uso	1.210	40
(Depreciações Acumuladas)	(48)	(3)
Intangível	8 672.449	733.611
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	323.055	323.055
Outros Ativos Intangíveis	462.748	461.946
(Amortizações Acumuladas)	(113.354)	(51.390)
Total do Ativo	983.782	926.297

Nota	30/06/2017	30/06/2016
Passivo Circulante	48.419	35.877
Outras Obrigações	48.419	35.877
Sociais e Estatutárias	1.161	780
Fiscais e Previdenciárias	9 37.148	25.807
Diversas	10 10.110	9.290
Passivo Exigível a Longo Prazo	16.911	12.880
Outras Obrigações	16.911	12.880
Diversas	10 16.911	12.880
Patrimônio Líquido	12 918.452	877.540
Capital:		
De Domiciliados no País	840.313	840.313
Reservas de Lucros	78.139	37.227
Total do Passivo	983.782	926.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015 - Ajustado	840.313	8.684	7.439	-	856.436
Lucro Líquido	-	-	-	21.104	21.104
Destinações:					
Reserva Legal	12.c -	1.055	-	(1.055)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c -	-	10.025	(10.025)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c -	-	10.024	(10.024)	-
Saldos em 30 de Junho de 2016	840.313	9.739	27.488	-	877.540
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	840.313	12.051	30.403	-	882.767
Lucro Líquido	-	-	-	35.685	35.685
Destinações:					
Reserva Legal	12.c -	1.784	-	(1.784)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c -	-	16.951	(16.951)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c -	-	16.950	(16.950)	-
Saldos em 30 de Junho de 2017	840.313	13.835	64.304	-	918.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Santander Securities) controlada pela Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (S3 Participações), tem por objeto, dentre outros: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para venda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, com conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. As operações da Santander Securities são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Securities foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. No momento da aquisição do intangível referente à compra do Negócio de Custódia, a Santander Securities reportou, em suas demonstrações financeiras, os valores provisionados relativos a operação. Após a data de aquisição (período de mensuração), a Santander Securities ajustou na data base de 30 de junho de 2016, retrospectivamente, os valores reconhecidos inicialmente na data da aquisição, refletindo as novas informações obtidas para a identificação dos ativos e período de vida útil apresentado no laudo elaborado por consultoria externa. Como consequência, foi efetivado um ajuste de exercício anterior no montante de R\$15.389, deduzidos os efeitos fiscais, relativo a amortização retrospectiva do intangível da compra do Negócio de Custódia desde a data de aquisição em 31 de agosto a 31 de dezembro de 2015. Em atendimento ao CPC 23, aprovado pelo Bacen, o referido ajuste encontra-se apresentado de forma retrospectiva nas demonstrações financeiras da seguinte forma.

Patrimônio líquido 31 de dezembro de 2015 - como originalmente apresentado

871.825
(15.389)
856.436

Patrimônio líquido 31 de dezembro de 2015 - Ajustado
O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2016 na reunião realizada em 23 de agosto de 2017.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Securities.

b) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Provisões para Perdas - Rendas a Receber
As provisões para perdas de Rendas a Receber são fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.

g) Despesas Antecipadas
São demonstradas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual - sistemas de processamento de dados - 20%.

h.2) Intangível
O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estimados de vida útil (Nota 8.a).

Os gastos de aquisição de logísticos são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 8.a).

i) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
A Santander Securities é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11. d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgamento favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos os requisitos legais específicos, de impletar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impletadas.

Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Securities de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Securities como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 5.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

n) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são reavaliadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valor recuperável dos ativos e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
Em 30 de junho de 2017 e 2016, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários:

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Provisão para Riscos Fiscais	1.319	473	-	1.792
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	341	-	341
Bônus e Gratificações de Pessoal	2.541	1.178	(1.844)	1.875
Outras Provisões Temporárias (1)	1.563	832	(97)	2.298
Total dos Créditos Tributários	5.423	2.824	(1.941)	6.306
Circulante	3.647	-	-	3.229
Longo Prazo	1.776	-	-	3.077

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2016
Provisão para Riscos Fiscais	601	342	-	943
Participações no Lucro	2.002	-	-	1.498
Bônus e Gratificações de Pessoal	602	1.002	(1.506)	698
Outras Provisões Temporárias (1)	576	158	-	734
Total dos Créditos Tributários	3.179	1.502	(1.506)	3.175
Circulante	2.522	-	-	1.698
Longo Prazo	657	-	-	1.477

(1) Inclui provisões para despesas administrativas.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
2017	628	568	1.196
2018	2.217	1.849	4.066
2019	346	219	565
2020	94	62	156
2021 a 2024	116	69	185
2025 a 2026	86	52	138
Total	3.487	2.819	6.306

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários
O valor presente dos créditos tributários é de R\$5.791 (30/06/2016 - R\$2.866), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

6. Outros Créditos
a) Rendas a Receber

	30/06/2017	30/06/2016
Administração de Fundos de Investimentos	18.872	16.216
Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	8.363	5.294
Outras Rendas a Receber	7.830	1.303
(-) Provisões para Perdas	(2.229)	(1.103)
Total	32.836	21.710
Circulante	32.024	20.407
Longo Prazo	812	1.303

Devedores por Depósitos em Garantia Para Interposição de Recursos Fiscais Impostos e Contribuições a Compensar Adiantamentos e Antecipações Salariais Valores a Receber de Sociedades Ligadas Valores a Receber - Taxa de Registro Fundos de Investimentos Outros

7. Imobilizado de Uso

	30/06/2017	30/06/2016
Outras Imobilizações de Uso	370	348
Sistemas de Processamento de Dados	(22)	37
Móveis e Equipamentos de Uso	533	515
Benefícios em Imóveis de Terceiros	307	299
Total	1.210	1.162

8. Intangível
a) Composição

Vida Útil (em anos)	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Direitos de Uso de Negócio (Nota 2)	Até 10 323.055	(59.227)	263.828	296.133
Outros Ativos Intangíveis	462.748	(54.127)	408.621	437.478
Aquisição de Logísticas	Até 5 19.126	(7.914)	11.212	14.862

Relacionamento com Clientes: Clientes vinculados a Fundos de Investimentos 22 253.337 (21.111) 232.226 243.741

Clientes vinculados à Rede Comercial do Banco Santander 27 84.758 (5.755) 79.003 82.142

Outros Clientes 10 105.527 (19.347) 86.180 96.733

Total **785.803** **(113.354)** **672.449** **733.611**

Ágio na Aquisição de Direitos de Uso de Negócio **219.981** **(16.153)** **203.828**

Outros Ativos Intangíveis **423.352** **(14.731)** **408.621**

Aquisição de Logísticas 13.339 (2.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Receitas de Prestação de Serviços

Rendas de Administração de Fundos de Investimentos	96.265	80.121
Rendas de Serviços de Custódia	29.856	26.810
Outras Rendas de Serviços	23.799	7.994
Total	149.920	114.925

15. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Remuneração	11.211	8.875
Encargos	3.958	2.627
Benefícios	1.977	1.879
Treinamento	50	176
Outras	194	176
Total	17.390	13.733

16. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Depreciações e Amortizações	30.921	31.367
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	6.240	4.549
Serviços do Sistema Financeiro	498	2.408
Processamento de Dados	5.797	5.264
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 13.c)	2.381	2.400
Transporte e Viagens	244	-
Comunicações	147	-
Outras	922	677
Total	47.150	46.665

17. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Despesa com PIS/Pasep	913	691
Despesa com Cofins	5.618	4.249
Despesa com ISS	6.732	4.824
Outras	149	46
Total	13.412	9.810

18. Outras Receitas Operacionais

Reversão de Provisões Operacionais - Outras	-	4.234
Recuperação de Encargos e Despesas	4	2.621
Atualização de Depósitos Judiciais	655	591
Atualização de Impostos a Compensar	133	72
Total	792	7.518

19. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Provisões Operacionais		
Fiscais	1.165	1.676
Trabalhistas	779	-
Outras Provisões Operacionais	730	1.238
Atualização Monetária Contingência Fiscal (Nota 11.b)	760	764
Despesas de Atualização de Impostos	586	724
Certificado de Serviços de Custódia	233	500
Outros	848	30
Total	5.101	4.932

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	80.285	56.338
Participações no Lucro	(2.867)	(5.449)
Resultado antes dos Impostos	77.418	50.889
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente⁽¹⁾	(34.838)	(22.900)
Despesas Indutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(6.967)	(7.026)
Demais Ajustes, CSLL 5%	(66)	(5)
Demais Ajustes	138	146
Imposto de Renda e Contribuição Social	(41.733)	(29.785)

21. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Santander Securities patrocina, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A., o plano de contribuição definida da SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidade fechada de

previdência privada, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico do plano.

I) SantanderPrevi

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados nos períodos findos em 30 de junho de 2017 e 2016 em despesas de pessoal referente ao plano foram de R\$339 e R\$233, respectivamente.

b) Remuneração com Base em Ações

A Santander Securities possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. Do variável destes executivos, uma parcela é diferido em ações, pago 100% em Units SANB11. No primeiro semestre de 2017, foram registradas despesas no valor de R\$227 (2016 - R\$14) referente a provisão do plano de diferimento em ações e foi registrado despesas com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$60 (2016 - R\$21) como despesas de pessoal.

Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado de 110% a 120% do CDI. Em 30 de junho de 2017 foram registradas receitas no valor de R\$3 (2016 - receita de R\$143).

22. Outras Informações

a) Em 30 de junho de 2017, o valor total do patrimônio líquido dos fundos de investimentos sob gestão é de R\$17.312.257 (30/06/2016 - R\$10.241.640) e o total do patrimônio líquido de investimentos administrados é de R\$76.939.148 (30/06/2016 - R\$67.839.103).

b) Em 30 de junho de 2017 e 2016, a Santander Securities não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Securities aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Carlos Rodriguez de Robles Arienza

Conselheiros

Andrés Campos Calvo-Sotelo

Joaquim Alfaro Garcia

Carlos Rey de Vicente

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores

Fábio Ribeiro
Felipe Aben Athar Sarmento

Joaquim Alfaro Garcia
Kleverson Batistela

Contador

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aos Administradores e acionistas

Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Securities Services Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Alexandre Silva D'Ambrosio

Jean Pierre Dupui

Alex Severino de Souza
Erick Warner Carvalho